

São Luís, terça-feira, 14 de maio de 2024



SÃO LUÍS ENGENHARIA AMBIENTAL S.A. - CNPJ: 15.339.921/0001-50
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Table with columns: Descrição, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows include Receita operacional líquida, Custos dos serviços prestados, Lucro bruto, etc.

SÃO LUÍS ENGENHARIA AMBIENTAL S.A. - Demonstrações dos Resultados - Exercícios Finitos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Table with columns: Descrição, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows include Receita operacional líquida, Custos dos serviços prestados, Lucro bruto, etc.

SÃO LUÍS ENGENHARIA AMBIENTAL S.A. - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Finitos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Table with columns: Descrição, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows include Lucro líquido do exercício, Lucro líquido (prejuízo) do exercício, etc.

SÃO LUÍS ENGENHARIA AMBIENTAL S.A. - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Finitos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Table with columns: Descrição, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows include Lucro líquido do exercício, Outros resultados abrangentes, Resultado Abrangente Total.

SÃO LUÍS ENGENHARIA AMBIENTAL S.A. - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Finitos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Table with columns: Descrição, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows include Saldo em 1º de Janeiro de 2022, Lucro líquido do exercício, etc.

SÃO LUÍS ENGENHARIA AMBIENTAL S.A. - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Finitos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

Table with columns: Descrição, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows include Fluxos de caixa das atividades operacionais, Fluxos de caixa das atividades de investimento, Fluxos de caixa das atividades de financiamento.

SÃO LUÍS ENGENHARIA AMBIENTAL S.A. - Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

1 - Contexto Operacional
1.1 - Objeto Social
A São Luís Engenharia Ambiental S/A (Companhia) é uma sociedade anônima de capital de fechado, subsidiária da Vital Engenharia Ambiental S.A., em 14 de março de 2012 (data da constituição) e tem como objeto social a execução, por meio de Portaria Pública-Privada na modalidade Concessão Administrativa do serviço de limpeza pública, em regime de concessão, em âmbito sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, com sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de São Luís - MA, pelo prazo de 20 anos contados a partir da assinatura do contrato.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas).

b) Base de mensuração

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a Administração julgue a maneira mais apropriada para a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativas foram feitas para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa no 2.e

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Continuidade

A Administração avaliou a possibilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse pressuposto de continuidade.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Para preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes.

3 - Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Aplicação do princípio

E aplicado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo os passivos designados pelo valor justo) são reconhecidos no resultado se reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas contábeis, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) Contas a receber

Os valores a receber são demonstrados a valor justo, já deduzidos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, que é considerada um ativo financeiro em montante considerado suficiente para Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Essa avaliação é realizada periodicamente, com base em uma conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

d) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques adquiridos, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseados na capacidade normal de operação.

e) Imparidade

A Companhia utiliza o método de custo por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante a pontuação de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de razão com base na capacidade normal de produção. Os custos indiretos são apropriados com base na capacidade normal de produção. Os custos indiretos são apropriados com base na capacidade normal de produção e transformação e outros custos incorridos em trazer-los às suas localizações e condições existentes.

f) Imparidade

A Companhia reconhece as perdas, quando aplicável, no estoque considerando a diferença entre o preço praticado e o custo médio apurado.

g) Imobilizado

Demonstrado os custos de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações que não superam o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens, conforme descrito na Nota Explicativa no 3. A Companhia avalia a cada exercício o valor para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Um ativo imobilizado é considerado passível de ajuste de desvalorização quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

h) Métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança das estimativas contábeis.

i) Perda (impairment) estimada de ativos não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que podem ser estimados de maneira confiável.

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment dos ativos não financeiros.

j) Provisões para riscos judiciais

Provisões são constituídas para casos de contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita a avaliação da probabilidade de perda (incluindo os custos de litigação, honorários, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais da Companhia). As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente, com base em informações disponíveis, tais como: provas, alegações, análises conclusivas de inspeções físicas, trabalhistas e previdenciárias ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e o quanto os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas.

k) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculadas pelo regime de tributação do Lucro Real.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R\$ 240 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados aplicando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

h) Receita de serviços

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que eles resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Tal logo o resultado de um contrato de prestação de serviços possa ser estimado de maneira confiável, e a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo contrato de prestação de serviço celebrado entre a Companhia e seus clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e das descontos.

i) Receita de construção

A receita relacionada aos serviços de Construção ou Melhorias sobre o Contrato de Concessão é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 - Receita de Contrato com Clientes. Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência e está diretamente relacionado ao respectivo instrumento financeiro.

j) Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período.

A Companhia não possui instrumentos com efeitos dilutivos, e, portanto, o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

k) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Resolução 7 de 2007 do CPC aplicável a pequenas e médias empresas (CPC PME).

(i) Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem normas e interpretações contábeis emitidas em 2023 e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa em suas demonstrações contábeis.

m) Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para aprovação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repositivo ("IVA Dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, Cofins, ICMS e ISS. Foi criado o imposto Seletivo ("S") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

4 - Caixa e Equivalente de Caixa

Bancos conta movimento - 86
Aplicações de liquidez imediata (i) - 387
Total - 387 788

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

5 - Contas a Receber de Clientes

Circulante - 31.12.2023, 31.12.2022, 31.12.2023, 31.12.2022
Saldo vincendo (i) - 17.373, 16.520
Ativo financeiro de concessão (ii) - - - 32.960 25.885
Saldo vincendo a mais de 365 dias (iii) - - - 17.821 20.953
Total - 17.373, 16.520, 49.881, 46.838

(i) Representado por faturas ou duplicatas a vencer na data do balanço, com também por serviços já executados e ainda não faturado.

(ii) Direito contratual de receber aportes públicos do Poder Concedente, classificado no ativo não circulante, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura, que conforme o contrato de concessão será realizado ao longo do contrato e os valores são registrados a valor presente, calculados a medida de evolução física das melhorias realizadas.

Saldo inicial em 31.12.2022

Adições - 13.621
Análise monetária - 7.446
(-) Amortizações - 32.960
Saldo final em 31.12.2023 - 32.960

(iii) As faturas vencidas foram repactuadas com novos prazos de vencimento com a Prefeitura Municipal de São Luís e estão sendo recebidas conforme cronograma estabelecido. O saldo tem previsão de ser recebido entre os anos de 2024 e 2026. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito por somente contrato previsto para perdas estimadas dos contratos já encerrados.

(i) Representado por faturas ou duplicatas a vencer na data do balanço, com também por serviços já executados e ainda não faturado.

(ii) Direito contratual de receber aportes públicos do Poder Concedente, classificado no ativo não circulante, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura, que conforme o contrato de concessão será realizado ao longo do contrato e os valores são registrados a valor presente, calculados a medida de evolução física das melhorias realizadas.

Saldo inicial em 31.12.2022

Adições - 13.621
Análise monetária - 7.446
(-) Amortizações - 32.960
Saldo final em 31.12.2023 - 32.960

(iii) As faturas vencidas foram repactuadas com novos prazos de vencimento com a Prefeitura Municipal de São Luís e estão sendo recebidas conforme cronograma estabelecido. O saldo tem previsão de ser recebido entre os anos de 2024 e 2026. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito por somente contrato previsto para perdas estimadas dos contratos já encerrados.

(i) Os serviços remunerados pelo poder concedente, são registrados pelo total faturado em conta própria e transferido a parcela referente a remuneração que será destinada a receita de construção à infraestrutura. A receita bruta de construção à infraestrutura é registrada pelo grau de realização dos custos de construção incorridos no exercício.

17 - Custos dos serviços prestados

Insumos - (28.367) (28.919)
Pessoal - (78.815) (69.917)
Custos de construção (CPC 01) - - (12.472)
Locação - (21.984) (18.056)
Serviços de terceiros - (22.469) (24.832)
Depreciação - (2.845) (3.035)
Outros - (2.326) (2.387)
Total - (156.806) (159.618)

18 - Despesas administrativas

Comerciais - (96) (57)
Conservação e limpeza - (351) -
Material de escritório - (371) (39)
Viagens e hospedagens - (248) -
Seguros - (217) -
Informática - (430) (457)
Indebetidos - (93) -
Administração central - (652) (857)
Outros - (207) (214)
Total - (2.665) (1.624)

19 - Resultado financeiro líquido

Recursos Financeiros
Sobre aplicações financeiras - 72 134
Atualização monetária (CPC 01) - 13.621 980
Atualização monetária - 219 234
Juros - 2.875 2.403
(-) PIS e Cofins w/ recursos financeiros - (22) (129)
Total - 16.765 3.622

Despesas Financeiras

Bancária - (217) (243)
Juros - (21) (174)
Encargos s/ financiamentos - (322) (700)
Total - (560) (1,117)

Resultado Financeiro Líquido - 16.205 2.505

20 - Despesas de IRPJ e CSLL

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social resultado:

a) Tributos correntes - 31.12.2023, 31.12.2022
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social - 15.642 (8.237)
Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquotas nominais (34%) - (5.318) (8.241)
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:
Adições - (2.913) (4.459)
Exclusões - 5.425 9.245
Compensação de base negativa - 842 1.026
Outros - 58 67
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social - (1.966) (2.351)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos - (1.100) (2.271)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos - (1.796) (2.622)

Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - 11% 11%

b) Tributos Diferidos

Os tributos diferidos são constituídos pela margem de lucro sobre o montante a receber de órgãos públicos, devidamente excluídos/divididos na apuração do lucro real.

21 - Gestão de Riscos Financeiros

a) Considerações Gerais

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia.

b) Gerenciamento de Riscos

A Companhia está exposta (i) à riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplimento de seus contratantes em aplicações financeiras e contas a receber.

A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

22 - Seguros

Por exigência contratual, a companhia mantém cobertura de seguros para garantir a execução do serviço público de disposição final dos resíduos sólidos provenientes da limpeza urbana do Município de São Luís - MA. As premissas de risco adotadas e importância seguradas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e, portanto, não foram revisadas por nossos auditores independentes.

DIRETORIA
Marcos José da Silva
Rubens José de Melo Sant'Anna
CONTADOR
Walter Luis da Silva Junior - CRC-RJ 093.570-7/0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

As Ações, Conselho e Administradores da São Luís Engenharia Ambiental S/A Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis São Luís Engenharia Ambiental S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como as informações relevantes explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Luís Engenharia Ambiental S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor independente sobre as demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas de independência emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas
Conforme divulgado na Nota Explicativa no 7 as demonstrações contábeis, a Empresa mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas nas referidas notas explicativas. Caso tais operações fossem efetuadas com terceiros, os valores de registro poderiam ser diferentes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cup relativo, emitido em 28 de abril de 2023, continha opinião modificada em relação aos registros contábeis para adequação ao CPC 01, com efeitos no resultado do exercício e ativo, porém de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 23, tais ajustes deviam ser refletidos no primeiro conjunto de demonstrações contábeis, assumindo o qual não impacta as demonstrações contábeis e outras informações elucidativas. Nessa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). A administração também é responsável por assegurar a integridade, a confiabilidade e a precisão das demonstrações contábeis e por assegurar que elas não contenham informações falsas ou enganosas, incluindo a capacidade de manter registros contábeis adequados.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, e não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar a decisão de um usuário razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos otimismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contabilidade, omissão ou representação falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e a aplicação dos critérios de continuidade operacional e a capacidade de manter registros contábeis adequados em condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as componentes transações e os eventos de natureza contábil com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as significativas significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024

Grant Thornton
Grant Thornton Independentes Ltda.
CNPJ 08.925.583/2

Fernando Camazano Martinez
Contador CRC 15P-528.247/0-3

17 - Custos dos serviços prestados

Recursos Financeiros
Sobre aplicações financeiras - 72 134
Atualização monetária (CPC 01) - 13.621 980
Atualização monetária - 219 234
Juros - 2.875 2.403
(-) PIS e Cofins w/ recursos financeiros - (22) (129)
Total - 16.765 3.622

Despesas Financeiras

c06 pdf

Código do documento 1a71f8bd-eab4-4440-9b5d-02e637a6ec87



Assinaturas



EMPRESA PACOTILHA SA:06271258000109

Certificado Digital

maramaldothay@gmail.com

Assinou

Eventos do documento

13 May 2024, 17:59:23

Documento 1a71f8bd-eab4-4440-9b5d-02e637a6ec87 **criado** por PEDRO BATISTA FREIRE (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b). Email:priscillamarques@oimparcial.com.br. - DATE_ATOM: 2024-05-13T17:59:23-03:00

13 May 2024, 18:09:39

Assinaturas **iniciadas** por PEDRO BATISTA FREIRE (01604662-4bfc-4e7f-8e0c-b9c747f0418b). Email:priscillamarques@oimparcial.com.br. - DATE_ATOM: 2024-05-13T18:09:39-03:00

13 May 2024, 18:12:47

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA PACOTILHA SA:06271258000109 **Assinou**
Email: maramaldothay@gmail.com. IP: 177.96.207.136 (177.96.207.136.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 46364).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Servico Federal de Processamento de Dados -
SERPRO,OU=Autoridade Certificadora ALTERNATIVE,OU=A1,CN=EMPRESA PACOTILHA SA:06271258000109. -
DATE_ATOM: 2024-05-13T18:12:47-03:00

Hash do documento original

(SHA256):7a5196397f77a68bed108f826bff805f14ec4c6097efc875300ef6f55508b459

(SHA512):7bb8c808e4fb28cda0d896a4d940d3b2f09be289b63f06ae0a251e5449b1ddc10d2da2c1a16e26a66bcc1447cf02b221847bf3c467b7d6424708bdeb2a73e355

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign